

UNIVERSIDADE FEDERAL DO PARANÁ

WILSON GEVIESKI

EFEITOS DA NÃO CONTABILIZAÇÃO DO ATIVO INTANGÍVEL
EM EMPRESAS DE INFORMÁTICA

CURITIBA, PR

2014

WILSON GEVIESKI

EFEITOS DA NÃO CONTABILIZAÇÃO DO ATIVO INTANGÍVEL
EM EMPRESAS DE INFORMÁTICA

Trabalho apresentado como requisito para a conclusão do curso de Especialização, MBA em Auditoria Integral, no Setor de Ciências Sociais Aplicadas da Universidade Federal do Paraná.

Orientadora: Prof^a Dra. Ilse Maria Beuren

CURITIBA, PR

2014

Dedico este trabalho à minha esposa Loinês e aos meus pais Paulo e Anita, minha eterna gratidão.

AGRADECIMENTOS

Em primeiro lugar, a Deus, pela saúde e força para vencer mais esta etapa da minha vida.

À minha esposa Loinês, pela paciência, dedicação e apoio para a conclusão de mais um degrau em meu conhecimento.

Aos meus pais, Paulo e Anita, por guiarem os meus primeiros passos rumo ao que sou, e pelo dom da vida.

Aos professores deste Curso, principalmente à Prof^a Dra. Marcia M. S. B. Espejo, por apoiar na escolha do assunto, e direcionamento do trabalho seguindo as normas da metodologia.

À minha orientadora, Prof^a Dra. Ilse Maria Beuren, pela paciência, sabedoria e dedicação, que me guiou com seus conhecimentos para a elaboração e conclusão deste trabalho.

"[...] só quando a última árvore for derrubada, o último peixe for morto e o último rio for poluído é que o homem perceberá que não pode comer dinheiro".

Provérbio Indígena

RESUMO

A promulgação da Lei nº 11.638, de 28 de dezembro de 2007, e aprovação do CPC 04, de 03 de outubro de 2008, tornaram as normas contábeis brasileiras mais próximas das normas contábeis internacionais, no caso específico deste estudo, com a IAS 38 (*Intangible assets*), emitida pelo Conselho de Normas Internacionais de Contabilidade (*International Accounting Standards Board* - IASB). Esta norma estabeleceu a criação de um novo grupo de contas no ativo, denominado ativo intangível, que têm como característica básica a sua imaterialidade, ou seja, bens que não têm existência física. O objetivo deste estudo é mostrar os efeitos da não contabilização do ativo intangível conforme estabelecido pela Lei nº 11638/07 e no CPC 04 (Comitê de Pronunciamentos Contábeis), em empresas de informática. Pesquisa descritiva, com abordagem quantitativa, foi realizada por meio de pesquisa documental, com buscas em *sites* especializados que discorrem sobre o tema em pauta, principalmente o *site* da BM&FBovespa. Pelo fato destas empresas possuírem um ativo intangível significativo e por ser o seu principal patrimônio, neste estudo busca-se verificar se os valores referentes a *softwares* estão sendo contabilizados no ativo intangível após a promulgação da Lei nº 11.638/07. Os resultados mostraram que o ativo Intangível é uma importante fonte de valorização destas empresas. Mas que é um assunto que ainda vem gerando discussão, seja em sua forma de mensuração ou em sua forma de contabilização. Verificou-se a complexidade do assunto, pois o balanço dessas empresas demonstra a dificuldade no entendimento da forma de classificação do intangível, em especial os *softwares*, ora por conveniência da empresa, influenciado por grupos de empresas com especulação no mercado financeiro, ora com a finalidade de evitar a voracidade tributária por parte do governo. Conclui-se que as empresas utilizam-se do ativo intangível para melhorar seus resultados ou gerar despesas com a não contabilização do intangível adequadamente, aliviando as altas cargas tributárias sobre o resultado da empresa, e distorcendo o real valor da empresa.

Palavras-chave: Intangível. Contabilização. Empresas de Informática.

LISTA DE TABELAS

Tabela 1 – Modelo para coleta de dados relativos ao período de 2009 a 2012.....	31
Tabela 2 – Dados contábeis da Empresa A do período de 2009 a 2012	33
Tabela 3 – Dados contábeis da Empresa B do período de 2009 a 2012.....	34
Tabela 4 – Dados contábeis da Empresa C do período de 2009 a 2012.....	35
Tabela 5 – Dados contábeis da Empresa D do período de 2009 a 2012.....	36
Tabela 6 – Comparativo dos % do ativo intangível em relação ao total do ativo.....	37
Tabela 7 – Comparativo dos % do ativo intangível em relação ao total do ativo e a receita	38
Tabela 8 – Dados contábeis das Empresas A - D do período de 2009 a 2012	39

LISTA DE ABREVIATURAS

CPC	Comitê de Pronunciamento Contábeis
CVM	Comissão de Valores Mobiliários
FASB	<i>Financial Accounting Standards Board</i>
IASB	<i>International Financial Reporting Standards</i>
IAS 38	<i>Intangible Assets</i>
IBRACON	Instituto dos Auditores Independentes do Brasil.
IFRS	Padrão internacional de divulgação de Resultado
SFAS	<i>Statement of Financial Accounting Standards</i>

SUMÁRIO

1 INTRODUÇÃO	11
1.1 CONTEXTUALIZAÇÃO	11
1.2 PROBLEMA DA PESQUISA	12
1.3 OBJETIVOS	13
1.3.1 Objetivo geral	13
1.3.2 Objetivos específicos	13
1.4 JUSTIFICATIVA	13
1.5 ORGANIZAÇÃO DO TRABALHO	14
2 REVISÃO BIBLIOGRÁFICA.....	15
2.1 ATIVOS INTANGÍVEIS.....	15
2.1.1 Definição de ativos intangíveis	15
2.1.2 Normatização dos ativos intangíveis	17
2.2 CONTABILIZAÇÃO DE ATIVOS INTANGÍVEIS	18
2.2.1 Finalidade	19
2.2.2 Reconhecimento e mensuração	19
2.2.3 Ativo intangível gerado internamente	20
2.2.4 Fase de Pesquisa	21
2.2.5 Fase de Desenvolvimento	22
2.3 ATIVOS INTANGÍVEIS E NORMAS DE CONTABILIZAÇÃO.....	22
2.3.1 Alguns tipos de ativos intangíveis	25
2.3.2 Determinação da vida útil de um ativo intangível	26
2.3.3 Ativos intangíveis com vidas úteis definidas - IAS 38.....	27
2.3.4 Na criação de <i>software</i> custos que integrarão o intangível	28
2.3.5 Apresentação dos intangíveis nas demonstrações financeiras	28
3 METODOLOGIA DA PESQUISA	30
3.1 DELINEAMENTO DA PESQUISA	30
3.2 POPULAÇÃO E AMOSTRA	30
3.3 CONSTRUTO DA PESQUISA	31
3.4 COLETA DOS DADOS	32
3.5 FORMA DE ANÁLISE DOS DADOS	32
4 DESCRIÇÃO E ANÁLISE DOS RESULTADOS.....	33
4.1 DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS DAS EMPRESAS	33

4.2 ATIVOS INTANGÍVEIS NAS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS	36
4.3 GASTOS COM PESSOAL E OUTROS PARA CRIAÇÃO DE <i>SOFTWARES</i> ...	38
4.4 REFLEXOS DA NÃO CONTABILIZAÇÃO DOS ATIVOS INTANGÍVEIS (CPC 04) NA VENDA DA EMPRESA OU DE PARTE DELA	40
5 CONCLUSÕES E RECOMENDAÇÕES	41
5.1 CONCLUSÕES	41
5.2 RECOMENDAÇÕES	42
REFERÊNCIAS	43

1 INTRODUÇÃO

1.1 CONTEXTUALIZAÇÃO

A contabilidade tem como principal finalidade assegurar a integridade do patrimônio da empresa, evidenciando-o por meio do balanço patrimonial, demonstração do resultado e demais demonstrações financeiras, além da análise de suas variações. Nestes relatórios, interessa em específico no presente estudo os elementos patrimoniais do ativo intangível.

Segundo Hendriksen e Van Breda (1999, p. 281), “ativos são essencialmente reservas de benefícios futuros”. No cenário atual, a substituição do ativo tangível pelo ativo intangível é evidente, visto que o momento atual é caracterizado pela ampla capacidade de absorção pelas organizações do recurso baseado no conhecimento e sua utilização no atendimento das necessidades de um mercado globalizado, competitivo, instável e exigente por inovação.

Em âmbito internacional as alterações são baseadas nas normas IAS 38 (*Intangible assets*), emitida pelo Conselho de Normas Internacionais de Contabilidade (*International Accounting Standards Board - IASB*). No Brasil as alterações foram feitas através da Lei nº 11.638, de 28 de dezembro de 2007, que veio alterar a Lei nº 6.404/76 no intuito de globalizar, aprimorar a participação das empresas no mercado internacional, e do CPC 04, de 03 de outubro de 2008.

Hendriksen e Van Breda (1999, p. 386) explicam que, “À medida que nos transformamos numa sociedade cada vez mais informação-intensiva, o patrimônio contábil dos acionistas está se distanciando cada vez mais da maneira pela qual o mercado avalia uma empresa”. Apesar dos ativos intangíveis existirem e serem perceptíveis, isso não é uma condição suficiente para que eles sejam registrados contabilmente. Suas características de imaterialidade e subjetividade impedem de ser avaliados de forma confiável.

No que concerne a um ativo intangível que importa neste estudo, conforme Niyama (2005), a distinção entre pesquisa e desenvolvimento está em que a pesquisa é algo novo e desenvolvimento é algo já existente. A pesquisa, o desenvolvimento e a inovação de alta qualidade é fundamental para conquistar e manter novos mercados. A competitividade e a sustentabilidade caracterizam-se como marcos estratégicos capazes de mover a economia do país e projetá-lo no

cenário internacional.

Assim busca-se compreender como as normas contábeis internacionais podem alterar as práticas contábeis tradicionais quanto ao tratamento dos recursos utilizados em pesquisa e desenvolvimento de *software*, tidos como ativos intangíveis produzidos internamente nas empresas de informáticas.

1.2 PROBLEMA DA PESQUISA

Os profissionais da área contábil têm dificuldade de definir, mensurar e estimar a duração dos ativos intangíveis. Principalmente nas empresas onde a tecnologia, marca, informação e capital intelectual são os maiores valores do patrimônio das empresas. Por isso os recursos intangíveis atualmente são foco de investigação de estudiosos e organizações normatizadoras da contabilidade em todo o mundo (MONSTEIRO; COELHO, 2001).

No Brasil, embora tenham ocorrido mudanças nas diretrizes contábeis, ainda há dúvidas em relação ao momento de reconhecimento do intangível nas empresas de informáticas, conforme Paulo e Martins (2007, p. 02).

Quando existirem dúvidas se determinado ativo intangível deve ser tratado pela IAS 38 ou por outra norma em função de esse ativo estar contido em elementos tangíveis (por exemplo, um *software* de um computador, contratos de licença e filmes), a entidade deve usar de julgamentos para avaliar qual é mais significativo. No caso, por exemplo, de um *software*, a entidade deve tratar o item todo como um imobilizado e seguir a IAS 16 (Imobilizado). Por outro lado, *softwares* instalados em um computador, como um programa para geração de relatórios ou um programa antivírus, que não são essenciais para o funcionamento do computador, devem ser tratados como um ativo intangível de acordo com a IAS 38.

As empresas de informática apresentam investimentos, mas se deparam com alguns desafios para reconhecer e mensurar os ativos intangíveis na contabilidade, ora pela dificuldade de identificar em que momento proporcionarão benefícios econômicos futuros, item essencial para reconhecer o intangível, ou por outros paradigmas internos das empresas.

Diante da situação apresentada, esse estudo buscar responder a seguinte pergunta de pesquisa: Quais os efeitos da não contabilização do ativo intangível conforme estabelecido na Lei nº 11.638, de 28 de dezembro de 2007, e no CPC 04,

de 03 de outubro de 2008, em empresas de informática?

1.3 OBJETIVOS

Os Objetivos deste trabalho estão divididos em geral e específicos, conforme discriminados abaixo.

1.3.1 Objetivo geral

Verificar os efeitos da não contabilização do ativo intangível conforme estabelecido na Lei nº 11.638, de 28 de dezembro de 2007, e no CPC 04, de 03 de outubro de 2008, em empresas de informática.

1.3.2 Objetivos específicos

O objetivo geral foi subdividido nos seguintes objetivos específicos:

- a) Identificar os ativos intangíveis contabilizados e evidenciados nas demonstrações contábeis de empresas de informática;
- b) Verificar se os valores gastos com pessoal e outros gastos para criação de *software*, foram contabilizados como ativos intangíveis conforme estabelecido no CPC 04;
- c) Analisar os reflexos da não contabilização dos ativos intangíveis em conformidade com o CPC 04, no momento da venda da empresa ou de parte das cotas dos sócios/acionistas.

1.4 JUSTIFICATIVA

O estudo justifica-se ao buscar demonstrar em que medida valores gastos com produção e desenvolvimento de *software* estão sendo contabilizados em conformidade com o CPC 04 e a Lei nº 11638/07. O estudo se justifica devido ao grande número de usuários da contabilidade e, em decorrência, a relevância de pesquisar a prática das normas contábeis.

A matéria não é nova, mas, a série de transformações econômicas e sociais das últimas décadas, exigiu mudanças na postura e na observação dos intangíveis

agregados como capital, sugerindo, inclusive, uma especialidade contábil para o estudo da questão e que se denominou de “Contabilidade dos Intangíveis”. Martins (1972 p. 12) cita que, “talvez a característica mais comum a todos os itens do chamado intangível seja o grau de incerteza existente na avaliação de futuros resultados que por eles poderão ser proporcionados”.

Segundo Ludícibus (1997, apud SCHMIDT; SANTOS, 2002), os ativos intangíveis ganharam corpo, superando inclusive o valor dos ativos intangíveis na composição do patrimônio das entidades, principalmente nas empresas de alta tecnologia. Mas os critérios de mensuração não refletem corretamente o valor dos ativos intangíveis.

Por isso, há necessidade de estudos e pesquisas nesse campo. Isto significa que o ativo intangível, assim como quaisquer outros ativos, devem proporcionar a geração de benefícios econômicos futuros. Desse modo, é importante que sejam contabilizados para representar este intuito.

1.5 ORGANIZAÇÃO DO TRABALHO

O trabalho é composto de cinco capítulos. No primeiro apresenta o problema de pesquisa, os objetivos geral e específicos, a justificativa do estudo e a organização do trabalho.

No segundo capítulo apresenta-se a revisão bibliográfica. Inicia-se com a definição de ativos intangíveis. Em seguida aborda-se sobre a contabilização de ativos intangíveis conforme a Lei nº 11.638, de 28 de dezembro de 2007, e o CPC 04, de 03 de outubro de 2008.

O terceiro capítulo evidencia a metodologia da pesquisa. Inicia com a delimitação da pesquisa, Seguem-se a definição da população e amostra, os procedimentos de coleta de dados e a forma de análise dos resultados .

No quarto capítulo faz-se a descrição dos resultados da pesquisa. Inicialmente mostra-se o perfil das empresas pesquisadas. Em seguida apresentam-se os pareceres das empresas de auditoria, em relação a contabilização do intangível.

No quinto capítulo expõem-se as conclusões do estudo realizado e recomendações para futuros estudos sobre o tema estudado.

2 REVISÃO BIBLIOGRÁFICA

Neste capítulo apresenta-se a revisão bibliográfica que fundamenta a pesquisa empírica. Inicia-se com uma incursão teórica sobre os ativos intangíveis. Na sequência discorre-se sobre a definição de ativo intangível, normatização dos ativos intangíveis, mensuração e reconhecimento de ativos intangíveis, reconhecimento e mensuração, ativo intangível gerado internamente, fase de pesquisa, fase de desenvolvimento, ativos intangíveis e normas atuais de contabilização do intangível, alguns tipos de intangíveis, determinação da vida útil de um ativo intangível, ativos intangíveis com vida útil definida, na criação de *software* custos que integrarão o intangível e apresentação dos intangíveis nas demonstrações financeiras conforme o Pronunciamento Técnico CPC nº. 04, 2008.

2.1 ATIVOS INTANGÍVEIS

Neste tópico apresentam-se aspectos conceituais, definições, e normatização do Ativo Intangível.

2.1.1 Definição de Ativos Intangíveis

A palavra intangível, conforme Hendriksen e Van Breda (1999, p. 388), vem do latim *tangere*, ou “tocar”. Os bens intangíveis são bens que não podem ser tocados, porque não tem corpo. Hendriksen e Van Breda (1999, p. 281) explicam que:

ativos são essencialmente reservas de benefícios futuros”. Os autores consideram que o mérito da definição explícita de ativos e uma análise de sua natureza básica couberam ao FASB, no SFAC 6, que definiu ativos da seguinte maneira: “benefícios econômicos futuros prováveis, obtidos ou controlados por uma dada entidade em consequência de transações ou eventos passados.

As mudanças de comportamento da economia mundial tem evoluído mais rápido que as alterações da legislação contábil. Mantovani (2007, p. 2.481) afirma que:

Todos esses fatos levam a crer que o modelo "tradicional" de contabilidade não tem acompanhado o ritmo de mudanças do mundo econômico,

deixando de reconhecer os efeitos patrimoniais que a nova dinâmica organizacional apresenta, baseada em estratégias, parcerias, trabalhos de equipe, recursos de multimídias e recursos intelectuais. O valor contábil, como referencial econômico-financeiro das organizações modernas, está desatualizado, não diagnosticando eficientemente o patrimônio empresarial, principalmente o das empresas do conhecimento, e, dessa forma, não atingindo a finalidade maior da contabilidade: a informação com qualidade. Tal incapacidade se deriva da intervenção das normas e leis no sistema contábil, e foi gerada de fontes que nem sempre estão preocupadas com os princípios científicos da contabilidade. Entretanto, ocorre que muitos itens relacionados ao capital intelectual são produzidos internamente pela empresa em suas atividades e processos. Assim, algumas convenções contábeis, tais como a da materialidade e a do conservadorismo, impõem restrições a qualquer tipo de evidenciação que esteja carregada de subjetivismo e que possa comprometer a confiabilidade e consistência exigida das demonstrações financeiras. Os princípios e as normas contábeis devem acompanhar as alterações que ocorrem nas organizações, orientando e atendendo às necessidades dos usuários da informação contábil.

Santos, Sarlo Neto e Teixeira (2001, p. 11) chamam a atenção para a necessidade de se conhecer melhor as nuances e os benefícios dos ativos intangíveis:

Os profissionais de contabilidade influenciados pela legislação procuram aplicar métodos mais objetivos de avaliação como é o caso do custo histórico, prejudicando em determinadas avaliações à capacidade informacional das demonstrações contábeis. Todavia, existe uma preocupação crescente entre os pesquisadores em conhecer o intervalo entre o valor contábil dos ativos e o seu valor econômico. A excitação nesse tipo de pesquisa torna-se ainda mais interessante quando o objeto de avaliação é o ativo intangível.

Schnorrenberger (2004, p. 85) alerta para a dicotomia entre a importância dos ativos intangíveis e a cautela na sua mensuração e evidenciação.

A importância dos ativos intangíveis vem aumentando rapidamente nas organizações, especialmente naquelas com alto valor agregado aos seus produtos e serviços. Com isto, encontrar maneiras de identificá-los e mensurá-los tornou-se questão de sobrevivência. Por outro lado, devido às suas características e peculiaridades, abriu-se um espaço perigoso para ação de agentes com interesses dúbios. Prova disto são os escândalos financeiros que fizeram com que diversos paradigmas tivessem que ser repensados sob o risco de caírem em descrédito total. Assim, se por um lado os ativos intangíveis são repletos de peculiaridades e estão assumindo papéis centrais nas organizações, por outro, deve-se pensar em maneiras de melhor utilizá-los.

Sobre este aspecto, Schmidt e Santos (2002, p. 80) enfatizam que:

Esse hiato tem crescido de forma assustadora, em função da relevância assumida pelos ativos intangíveis em relação aos ativos tangíveis na composição do patrimônio das entidades. Os principais fatores responsáveis por isso incluem as ondas de incorporações internacionais, o

interesse por parte dos líderes de mercado em desenvolverem ou adquirirem marcas famosas, a expansão do setor de serviços por todo o globo, a velocidade e a extensão da mudança tecnológica. Diante disso, o estudo dos intangíveis é imprescindível.

Kaplan e Norton (apud SANTOS; SARLO NETO; TEIXEIRA, 2006, p. 11) destacam o percentual crescente de importância dos ativos intangíveis em relação aos tangíveis:

Existem pedreiras que têm capacidade de exploração por vinte, cinquenta, ou até mais anos, que estão registradas na contabilidade por valores históricos. (...) ativos intangíveis vêm se tornando elementos cada vez mais relevantes em uma empresa.

Kaplan e Norton (apud WERNKE; BORNIA, 2003, p. 45), mostraram que:

um estudo do Brookings Institute, de 1982, mostrou que o valor contábil dos ativos tangíveis representava 62% do valor de mercado das organizações. Dez anos mais tarde, o índice caiu para 38%. E estudos recentes estimaram que, em fins do século XX, o valor contábil dos ativos tangíveis correspondiam a apenas 10 a 15% do valor de mercado das empresas.

A definição de ativo intangível é controversa tanto quanto sua mensuração e evidência. Ludícibus (1997, p. 203) define-o como “ativos de capital que não têm existência física, cujo valor é limitado pelos direitos e benefícios que, antecipadamente, sua posse confere ao proprietário”. Para Schmidt e Santos (2002, p. 187), ativos intangíveis são recursos incorpóreos controlados pela empresa capazes de produzir benefícios futuros.

Denota-se que todos os autores citados tem a mesma preocupação, com a finalidade de garantir a comparação tanto com as próprias demonstrações contábeis de períodos anteriores quanto com as demonstrações contábeis de outras entidades. Ressalta-se ainda a importância e a necessidade de que as práticas contábeis brasileiras sejam convergentes com as práticas contábeis internacionais, em especial em função da busca do aumento da transparência e da segurança nas informações contábeis fornecidas aos usuários.

2.1.2 Normatização dos Ativo Intangíveis

De acordo com o *Financial Accounting Standards Board (FASB, 2001)*, para que se possa reconhecer a existência de um ativo em termos contábeis, é

imprescindível que o mesmo possua três características essenciais concomitantes:

- a) represente uma potencialidade de obtenção de benefício futuro provável;
- b) que envolva a capacidade, isoladamente ou em combinação com outros ativos;
- c) de contribuir direta ou indiretamente em algum determinado momento à geração de entradas líquidas de caixa.

Os ativos intangíveis gerados internamente nem sempre são registrados corretamente. Martins (1972, p. 102) explica que:

quanto aos gerados internamente normalmente são difíceis de serem reconhecidos contabilmente, pois é difícil de se determinar o momento em que o ativo começa a gerar benefícios, e também é difícil de se determinar seu custo (ou valor) de forma precisa. Os casos mais comuns (mas também muito questionáveis) em que tais ativos são gerados internamente, identificados, mensurados e reconhecidos contabilmente, são os constituídos em fases de pesquisa e desenvolvimento.

De acordo com o Pronunciamento Técnico do CPC nº. 04/08, “um ativo intangível deve ser reconhecido inicialmente ao custo”. O custo de ativo intangível gerado internamente que se qualifica para o reconhecimento contábil se restringe à soma dos gastos incorridos a partir da data em que o ativo intangível atende os critérios de reconhecimento, mensuração e os critérios de reconhecimento quando estiver na fase de desenvolvimento.

Vale ressaltar que o custo de um ativo intangível na fase de desenvolvimento é a soma dos gastos incorridos a partir da data em que forem satisfeitas as condições para sua mensuração.

2.2 MENSURAÇÃO E RECONHECIMENTO DE ATIVOS INTANGÍVEIS CONFORME O CPC 04

Este estudo visa demonstrar como se procede à contabilização dos ativos intangíveis, principalmente os ativos em fase de pesquisa e desenvolvimento de *softwares*. Para Gallon, Beuren e Hein (2008) quantidade e qualidade maior nas divulgações das informações contábeis, de maneira oportuna e uniforme, tendem a proporcionar maior credibilidade aos gestores.

2.2.1 Finalidade

No que concerne aos ativos intangíveis, segundo definições do CPC 04:

O objetivo do Pronunciamento é definir o tratamento contábil dos ativos intangíveis que não são abrangidos especificamente em outro Pronunciamento. Este Pronunciamento estabelece que uma entidade deve reconhecer um ativo intangível apenas se determinados critérios especificados neste Pronunciamento forem atendidos. O Pronunciamento também especifica como apurar o valor contábil dos ativos intangíveis, exigindo divulgações específicas sobre esses ativos. Um ativo intangível é um ativo não monetário identificável sem substância física.

O pronunciamento veio para normatizar e criar padrões para avaliação das contas patrimoniais e de resultado.

2.2.2 Reconhecimento e mensuração

Reconhecer os intangíveis não é uma tarefa fácil, em virtude de particularidades que ocorrem durante a fase de execução de um produto. Neste sentido, o CPC 04 normatiza determinados procedimentos conforme abaixo.

O reconhecimento de um item como ativo intangível exige que uma entidade demonstre que o item satisfaça: a) a definição de ativo intangível; b) os critérios de reconhecimento. Para Paulo e Martins (2007), quando há falta de transparência nas evidenciações contábeis, torna-se baixa a qualidade da informação aos usuários.

Esses requisitos aplicam-se aos gastos incorridos inicialmente para adquirir ou gerar um ativo intangível e também àqueles incorridos posteriormente. Um ativo é identificável na definição de um ativo intangível, segundo o Pronunciamento Técnico CPC nº. 04/2008, quando:

- a) for separável, isto é, capaz de ser separado ou dividido da entidade e vendido, transferido, licenciado, alugado ou trocado, seja individualmente ou em conjunto com um contrato, ativo ou passivo relacionado; ou
- b) resultar de direitos contratuais ou de outros direitos legais, quer esses direitos sejam transferíveis, quer sejam separáveis da entidade ou de outros direitos e obrigações.

Um ativo intangível deve ser reconhecido, de acordo com o pronunciamento Técnico CPC nº. 04/ 2008, somente quando:

- a) for provável que os benefícios econômicos futuros esperados atribuíveis ao ativo serão gerados em favor da entidade; e
- b) o custo do ativo possa ser mensurado com segurança.

Um ativo intangível deve ser mensurado inicialmente pelo seu custo. O Pronunciamento Técnico CPC nº. 04/2008 explica que o custo de um ativo intangível adquirido separadamente inclui:

- a) seu preço de compra, acrescido de impostos de importação e impostos não recuperáveis sobre a compra, após deduzidos os descontos comerciais e abatimentos; e
- b) qualquer custo diretamente atribuível à preparação do ativo para a finalidade proposta.

Do exposto, denota-se que os ativos intangíveis são mensurados pelo custo de aquisição, ou seja, pelo valor da operação da compra ocorrida nas transações entre as empresas, menos as deduções como amortizações acumuladas e perda do valor dos ativos.

2.2.3 Ativo intangível gerado internamente

Mensurar o ativo intangível de uma empresa é um obstáculo para gestores e contadores. Segundo Hendriksen e Van Breda (1999, p. 79):

[...] os ativos intangíveis formam uma das áreas mais complexas da contabilidade em parte em virtude das dificuldades de definição, mas por causa das incertezas a respeito da mensuração de seus valores e da estimação de suas vidas úteis.

De acordo com o CPC 04/2008, o ágio derivado da expectativa de rentabilidade futura (*goodwill*), gerado internamente, não deve ser reconhecido como ativo.

Goodwill é comumente definido, de forma não perfeita, como um ativo intangível que pode ser identificado pela diferença entre o valor contábil e o valor de mercado de uma empresa, uma espécie de ágio. Mas, propriamente, é a diferença entre o valor de mercado dos ativos e passivos e o valor de mercado da empresa. A expressão *Goodwill* é comumente traduzida para o português como Fundo de comércio, embora os significados de ambos os termos sejam diferentes. Outra

expressão usada para identificar o *Goodwill* é Capital intelectual (MARION, 1986).

O *Goodwill* é tratado como ágio derivado da expectativa de rentabilidade gerado internamente. O *Goodwill* é um ativo que não pode ser separado da empresa pelo fato de os benefícios obtidos em conjunto com ativos identificáveis adquiridos. Assim, alguns autores classificam o *Goodwill* como fundo de comércio adquirido.

2.2.4 Fase de Pesquisa

Nenhum ativo intangível proveniente de pesquisa deve ser reconhecido. O dispêndio com pesquisa deve ser reconhecido como uma despesa quando for incorrido (PRONUNCIAMENTO TÉCNICO CPC nº. 04/2008).

Durante a fase de pesquisa de um projeto interno, a entidade não está apta a demonstrar a existência de um ativo intangível que gerará prováveis benefícios econômicos futuros. Portanto, tais gastos são reconhecidos como despesa quando incorridos (PRONUNCIAMENTO TÉCNICO CPC nº. 04/2008).

Segundo Aquino (2000), o ativo intangível deve ser reconhecido se, e somente se, existir a probabilidade de que os benefícios econômicos atribuídos aos ativos ocorram e seu custo puder ser medido de forma confiável.

Alguns exemplos de atividades de pesquisa são apresentados por (PRONUNCIAMENTO TÉCNICO CPC nº. 04/2008):

- a) atividades destinadas à obtenção de novo conhecimento;
- b) busca, avaliação e seleção final das aplicações dos resultados de pesquisa ou outros conhecimentos;
- c) busca de alternativas para materiais, dispositivos, produtos, processos, sistemas ou serviços; e
- d) formulação, projeto, avaliação e seleção final de alternativas possíveis para materiais, dispositivos, produtos, processos, sistemas ou serviços novos ou aperfeiçoados.

Nota-se que nenhum ativo intangível proveniente de pesquisa ou da fase de pesquisa de projeto interno deve ser reconhecido. Esses gastos devem ser reconhecidos como uma despesa quando incorridos. Pelo fato de que durante a fase de pesquisa de um projeto interno, a entidade não está preparada para demonstrar a existência de um ativo intangível que gerará prováveis benefícios econômicos futuros. Os gastos com pesquisas deverão ser contabilizados diretamente como

despesa, na demonstração do resultado do exercício, como expõem as normas internacionais de contabilidade.

2.2.5 Fase de Desenvolvimento

Um ativo intangível resultante de desenvolvimento, conforme o Pronunciamento Técnico CPC nº. 04/2008, deverá ser reconhecido somente se a entidade puder demonstrar todos os aspectos a seguir enumerados:

- a) a viabilidade técnica para concluir o ativo intangível de forma que ele seja disponibilizado para uso ou venda;
- b) sua intenção de concluir o ativo intangível e de usá-lo ou vendê-lo;
- c) sua capacidade para usar ou vender o ativo intangível;
- d) a forma como o ativo intangível deverá gerar benefícios econômicos futuros. Entre outros aspectos, a entidade deverá demonstrar a existência de um mercado para os produtos do ativo intangível ou para o próprio ativo intangível ou, caso este se destine ao uso interno, a sua utilidade;
- e) a disponibilidade de recursos técnicos, financeiros e outros recursos adequados para concluir seu desenvolvimento e usar ou vender o ativo intangível; e
- f) sua capacidade de mensurar com segurança os gastos atribuíveis ao ativo intangível durante seu desenvolvimento.

Para Aquino (2000, p. 33), o ativo é reconhecido quando gera aumento do patrimônio:

O conjunto dos princípios contábeis busca medir um valor que se cria no âmbito da empresa e esta medição é feita baseada no custo e no momento da venda dos produtos e serviços, quanto então é captado o acréscimo de valor no patrimônio. Este modelo não permite a inclusão de elementos subjetivos, como por exemplo, o valor da marca corporativa.

Marcas, títulos de publicações, listas de clientes e itens semelhantes gerados internamente não devem ser reconhecidos como ativos intangíveis (PRONUNCIAMENTO TÉCNICO CPC nº. 04/2008).

2.3 ATIVOS INTANGÍVEIS E NORMAS DE CONTABILIZAÇÃO

A Lei nº 11.638, 28 de dezembro de 2007, vem alterar, revogar e introduzir

novos dispositivos, principalmente no que se refere à elaboração das demonstrações contábeis, objetivando a adequação dos relatórios brasileiros a nova realidade, tendo em vista o processo de globalização e a mudança dos padrões contábeis brasileiros, que buscam harmonizar as práticas contábeis brasileiras com as internacionais.

Essa nova estruturação do Balanço Patrimonial, com a contabilização dos ativos intangíveis ocorreu após a promulgação da Lei nº 11.638/07 e decorrente Medida Provisória nº 449/08, que passaram a considerar o Ativo composto pelo Ativo Circulante e Não Circulante, e tendo como subgrupos as seguintes contas: Realizável a Longo Prazo; Investimentos; Imobilizado e Intangível.

O tratamento de um ativo intangível nas normas contábeis brasileiras segue a mesma linha proposta pelas normas contábeis internacionais. O tratamento dado aos ativos intangíveis no âmbito internacional deve seguir os critérios de evidenciação de acordo com a IAS 38. O ativo intangível é identificado levando em consideração a sua capacidade de gerar benefícios econômicos futuros e se for viável mensurar o seu custo. A mensuração pode ser feita pelo método de custo ou método de reavaliação. As empresas devem divulgar todas as informações referentes aos ativos intangíveis, entre elas, a vida útil do ativo intangível se é definida ou indefinida e as formas de amortizações calculadas quando a vida útil do ativo intangível for definida.

Lopes de Sá (2000) descreve que, desde o reinado de Luiz XIV, na França, tornou-se obrigatório o registro de tudo o que fosse possível ou capaz de influenciar o comportamento da riqueza (Ordenanças de Colbert, no século XVII) e foi isto que deu origem às contas de compensação ou de "ordem", como registros de potencialidades competentes para a transformação patrimonial. O que, todavia, não ocorre na atualidade, em relação aos intangíveis e mesmo a outros elementos é a clareza demonstrativa e a uniformidade de procedimentos na consideração dos efeitos funcionais do patrimônio.

Cañibano, Ayuso e Sánchez (1999) expressam, a inconformidade com essa situação e que consideram injusta, em face do que se deva conceber como imagem fiel da riqueza. O que na prática se percebe, todavia, é a má influência legal sobre as demonstrações contábeis, assim como as deficiências de muitas normas, impedindo que a realidade, aquela defluente da efetiva potencialidade de intangíveis, possa ter evidência informativa.

Será que se pode afirmar que ativos intangíveis são bens controlados pela empresa? Se considerar o valor de um *software*, esta afirmação necessitaria ser revista conforme Martins (2008, p. 69):

Os *softwares* estão agregado aos ativos imobilizados: estão dentro da máquinas, equipamentos, instalados nos elevadores, em outros tipos de ativo, fazendo com que esses ativos possam funcionar. Nesse caso, esses *softwares* permanecem dentro do imobilizado.

No IAS 38, item 9, encontra-se referência ao intangível: “As entidades gastam com frequência recursos, ou incorrem em passivos, pela aquisição, desenvolvimento, manutenção ou melhoria de recursos intangíveis, tais como: conhecimentos científicos ou técnicos,(...) propriedade intelectual, conhecimento de mercado e marcas comerciais. Exemplos comuns de itens englobados nestes grupos são o *software* de computadores, patentes, *copyrights*, filmes, listas de clientes, direitos de hipotecas, licenças de pesca, quotas de importação, relacionamentos com clientes ou fornecedores, fidelidade de clientes, quota de mercado e direitos de comercialização.

O item 10 do IAS 38 faz algumas ressalvas quanto ao atendimento de requisitos para que um ativo intangível seja enquadrado nesta categoria:

Nem todos os itens descritos no parágrafo 9 satisfazem a definição de um ativo intangível, facilidade de identificação, controle sobre um recurso e existência de benefícios econômicos futuros. Se um item que esteja dentro do âmbito desta Norma não satisfizer a definição de um ativo intangível, o dispêndio para adquirir ou gerar internamente é reconhecido como um gasto quando for incorrido. Porém, se o item for adquirido numa concentração de atividades empresariais, faz parte do goodwill reconhecido à data da aquisição.

De acordo com o IAS 38, um ativo intangível resultante do desenvolvimento (ou da fase de desenvolvimento de um projeto interno) será reconhecido se, e somente se, uma entidade puder demonstrar todos os itens a seguir:

- a) viabilidade técnica de conclusão do ativo intangível, de modo que ele fique disponível para uso ou venda;
- b) sua intenção de concluir o ativo intangível e utilizá-lo ou vendê-lo;
- c) sua capacidade de utilizar ou vender o ativo intangível;
- d) como o ativo intangível gerará prováveis benefícios econômicos futuros, entre outras coisas, a entidade pode demonstrar a existência de um

mercado para a produção do ativo intangível ou para o próprio ativo intangível ou, se estiver destinado a ser usado internamente, a utilidade do ativo intangível;

- e) a disponibilidade de adequados recursos técnicos, financeiros e outros para concluir o desenvolvimento e utilizar ou vender o ativo intangível;
- f) sua capacidade de mensurar de forma confiável o gasto atribuível ao ativo intangível durante seu desenvolvimento.

Nenhum ativo intangível resultante de pesquisa (ou resultante da fase de pesquisa de um projeto interno) será reconhecido. O gasto com pesquisa (ou na fase de pesquisa de um projeto interno) será reconhecido, conforme Martins (2008, p. 102), como uma despesa quando incorrido.

Se um desses critérios não for atendido, os gastos com desenvolvimento terão que ser descarregados diretamente para despesas, e passam a não mais poder integrar nem o ativo intangível e nem ativo diferido, os gastos com produtos novos, pesquisa de mercado e etc.

Portanto, as empresas tem usufruído desta alternativa para contabilizar custos com produtos desenvolvidos como se fossem despesas. Gastos com um produto que podem gerar resultados para a empresa, são subavaliados e a diferença lançada para despesa ou como resultante de pesquisa que não gerou um produto final vendável. Sendo assim, os gestores têm facilidade de manipular a contabilidade para diminuir a carga tributaria ou gerar resultados positivos para a empresa sem o menor risco, de acordo com sua conveniência e dentro da lei. O que os gestores e contadores não observaram é que o valor do intangível é pequeno em comparação as receitas auferidas com os intangíveis contabilizados.

2.3.1 Alguns tipos de ativos intangíveis conforme item 119 do CPC 04

Seguem alguns tipos de ativos intangíveis, conforme preconizado no Pronunciamento Técnico CPC nº. 04/2008): a) marcas; b) títulos de periódicos e nomes de produtos; b) licenças e franquias; d) desenvolvimento de *software*; e) direitos autorais, patentes e outros direitos industriais; f) fórmulas secretas, processos e receitas; g) ativos intangíveis em desenvolvimento.

Os ativos intangíveis são identificáveis quando estão associados a uma

descrição objetiva. De acordo com Martins (1972), quanto à identificabilidade, os ativos intangíveis podem ser identificados com a descrição de seus nomes, patentes e outros ativos similares.

2.3.2 Determinação da vida útil de um ativo intangível - item 130 do CPC 04

A definição do termo 'vida útil', presente no CPC 04 e IAS 38, liga-se diretamente à questão da probabilidade dos benefícios futuros. Vida útil é:

- a) Período durante o qual uma entidade espera que um ativo esteja disponível para uso. Ou seja, estima-se que o ativo contribua, direta ou indiretamente, na produção de fluxos de caixas futuros para a empresa;
- b) O número de unidades de produção ou semelhantes que uma entidade esperar obter do ativo.

A estimativa da vida útil deve ser baseada na análise de fatores pertinentes (PRONUNCIAMENTO TÉCNICO CPC nº. 04/2008), a saber:

- a) expectativa de uso do ativo pela entidade;
- b) direitos de exploração de minérios em relação a exaustão desses ativos;
- c) qualquer condição contratual, regulamentada ou legal, que possa limitar sua vida útil;
- d) o efeito da obsolescência, demanda, competição etc, como conhecimento tecnológico avançado, legislação que resulta em uma incerteza ou mudança.

A contabilização de um ativo intangível é baseada em sua vida útil, conforme parágrafo 11 do FAS 142. Sendo que um ativo intangível com vida útil finita é amortizado. Um ativo intangível com vida útil indefinida não é amortizado. A definição da vida útil de um ativo intangível é fundamental porque será a base para o tratamento contábil. Seguem na íntegra os itens 88 e 89 da IAS 38:

Item 88. Uma entidade deve avaliar se a vida útil de um ativo intangível é finita ou indefinida e, se for finita, a duração de, ou o número de produção ou de unidades similares constituintes, dessa vida útil. Um ativo intangível deve ser visto pela entidade como tendo uma vida útil indefinida quando, com base numa análise de todos os fatores relevantes, não houver limite previsível para o período durante o qual se espera que o ativo gere influxos de caixa líquidos para a entidade.

Item 89. A contabilização de um ativo intangível baseia-se na sua vida útil. Um ativo intangível com uma vida útil finita é amortizado, e um ativo intangível com uma vida útil indefinida não o é.

Para Hendriksen e Van Breda (1999, p. 143), o reconhecimento da vida útil é essencial para escriturar e reconhecer corretamente o ativo:

Uma vez reconhecido como ativo e determinado o valor inicial a ser amortizado, os principais fatores a serem estimados são: a vida útil e o ritmo de alocação aos vários períodos de duração. O valor residual ou de liquidação é em geral inexistente ou insignificante.

Os ativos intangíveis sempre estiveram presentes nos ativos das empresas, mas somente tomaram maior notoriedade após a Lei n. 11.638/07. Os ativos intangíveis são divididos em ativos com vida útil definida e não definida e é dever da entidade avaliar a vida útil dos seus ativos, de acordo com o prazo determinado de tempo que a entidade poderá usufruir dos benefícios gerados por esses ativos. Pois, a contabilização de ativo intangível baseia-se na sua vida útil.

2.3.3 Ativos intangíveis com vidas úteis definidas - IAS 38

O valor depreciável de um ativo intangível com uma vida útil definida será alocado em uma base sistemática ao longo de sua vida útil. Valor depreciável é o custo de um ativo, ou outro montante que substitua o custo (nas demonstrações financeiras), menos o seu valor residual (PRONUNCIAMENTO TÉCNICO CPC nº. 04/2008).

A amortização terá início quando o ativo estiver disponível para uso, ou seja, quando ele estiver no local e na condição necessária para que seja capaz de operar da forma pretendida pela administração. A amortização cessará no que ocorrer primeiro entre a data em que o ativo for classificado como mantido para venda (ou incluído em um grupo de alienação que seja classificado como mantido para venda) de acordo com a IFRS 5 e a data em que o ativo é baixado (PRONUNCIAMENTO TÉCNICO CPC nº. 04/2008).

O método de amortização utilizado refletirá o padrão em que se espera que os benefícios econômicos futuros do ativo sejam consumidos pela entidade. Se esse padrão não puder ser determinado de forma confiável, o método linear será utilizado. O encargo de amortização de cada período será reconhecido em lucros e perdas, exceto se esta ou outra norma permitir ou exigir que ele seja incluído no valor contábil de outro ativo (PRONUNCIAMENTO TÉCNICO CPC nº. 04/2008).

2.3.4 Na criação de *software* custos que integrarão o intangível

Na criação/produção de *software* os custos que devem integrar o intangível são: salários, encargos e outros custos de pessoal; materiais e serviços; depreciação de equipamentos e instalações utilizados no projeto de *software*. Além de gastos gerais e outros custos com amortização de patentes e licenças (PRONUNCIAMENTO TÉCNICO CPC nº. 04/2008).

Estes custos devem ser alocados através de planilhas que demonstrem os custos, e apropriar no intangível se o *software* gerar receita para empresa.

2.3.5 Apresentação dos intangíveis nas demonstrações financeiras

O grupo de intangíveis passou a ser reconhecido como elemento a ser considerado nas Demonstrações Contábeis através da Instrução CVM n. 488/05 e pela NPC 27 – Demonstrações Contábeis. Portanto, os ativos intangíveis deverão ser apresentados separadamente. Schmidt e Santos (2002, p. 102) detalham a apresentação:

Todos os ativos intangíveis serão, no mínimo, agregados e apresentados como um item separado no balanço patrimonial. Contudo, este requerimento não se opõe à apresentação de ativos intangíveis individuais ou classes de ativos intangíveis em linhas separadas. A despesa com amortização e perdas por *impairment* de ativos intangíveis será apresentada na demonstração do resultado, dentro do item operações em continuidade de forma apropriada para cada entidade.

O ativo intangível, pela Lei n. 6.404/76 não era reconhecido formalmente, assim como bases de mensuração confiáveis, sendo assim não demonstrava o valor econômico deste item na Demonstrações Financeiras.

A finalidade da legislação foi o de tornar as práticas contábeis brasileiras mais compatíveis com as práticas contábeis internacionais, considerando a importância e a necessidade de tornar as demonstrações mais transparentes e seguras para os usuários internos e externos. Além de facilitar a comparação das demonstrações entre as entidades.

Nas normas contábeis brasileiras, os ativos intangíveis eram classificados dentro do ativo imobilizado. A regra contábil brasileira não exigia que a sociedade divulgasse as mutações ocorridas durante o exercício numa conta específica de

ativos intangíveis. Normalmente eram divulgados somente os saldos no final do exercício das principais classes desses ativos, com os demais bens do ativo imobilizado, junto com o custo e a amortização acumulada (DELOITTE, 2009).

3 METODOLOGIA DA PESQUISA

Para Gil (1999, p.142) a pesquisa tem um caráter pragmático, é um “processo formal e sistemático de desenvolvimento do método científico. O objetivo fundamental da pesquisa é descobrir respostas para um problema mediante o emprego de procedimentos científicos”.

3.1 DELINEAMENTO DA PESQUISA

A metodologia utilizada neste trabalho caracteriza-se como descritiva, por relatar o comportamento da contabilização das contas dos ativos intangíveis nas empresas de informática. Buscou-se investigar as características utilizadas pelas empresas de informática na contabilização dos ativos intangíveis, através da análise das Demonstrações Financeiras.

Analisado a opinião de diversos escritores e contadores, por meio de pesquisa bibliográfica, informações e artigos retirados de *sites* da *Internet* e BMF&Bovespa, sobre o ativo intangível. A abordagem utilizada para estudar a contabilização dos ativos intangíveis somente visa à superficialidade do caso.

3.2 POPULAÇÃO E AMOSTRA

População é o número total de indivíduos com características comuns ao estudo pretendido, uma parte selecionada desses indivíduos é chamada de amostra (GIL, 2002). Foram escolhidas por acaso empresas de informática listadas na BM&FBovespa na área de TI, e uma empresa foi pesquisada *in loco*.

Para Gil (2002, p. 121), “quando essa amostra é rigorosamente selecionada, os resultados obtidos no levantamento tendem a aproximar-se bastante dos que seriam obtidos caso fosse possível pesquisar todos os elementos do universo”. Neste trabalho se fez a opção por empresas de informática que produzem *software*, sendo que o intangível é seu maior bem, que gera resultado para a empresa.

O critério para a seleção das empresas foi pela finalidade de mercado, ou seja, empresas que produzem *softwares*. A escolha foi aleatória, utilizando as principais empresas com ações na BM&FBovespa na área da tecnologia da

informação.

O levantamento foi executado em todas as empresas listadas no *site* da BM&FBovespa referente a área de TI (Tecnologia da Informação) num total de dez empresas, e em uma empresa de capital fechado, através da análise das demonstrações financeiras.

Procurou-se demonstrar os resultados contábeis, no segmento de informática, e a fragilidade da correta aplicação das normas referente a contabilização do intangível.

3.3 CONSTRUTO DA PESQUISA

Para este trabalho, o instrumento utilizado foi a pesquisa através dos Balanços publicados no *site* da BM&FBovespa das empresas na área de Tecnologia da Informação (TI) e através de pesquisa *in loco* de uma empresa de capital fechado na área de Tecnologia da informação (TI), ambas fabricantes de *software*.

Os dados coletados foram obtidos conforme Tabela 1, para se obter uma visualização comparativa das empresas pesquisadas.

Tabela 1 – Modelo para coleta de dados relativos ao período de 2009 a 2012

Balanços Patrimoniais	(Valores expressos em milhares de reais)							
	2009	%	2010	%	2011	%	2012	%
Ativo								
Circulante								
Não circulante								
Imobilizado								
Intangível								
Total Ativo								
Receita Líquida								
(-) Custos operacionais								
Percentual em relação a receita Líquida								
Despesas Pesquisa e Desenvolvimento								
Despesas com vendas								
Despesas administrativas								
Lucro líquido								
Percentual em relação ao total do Ativo								
Despesas Pesquisa e Desenvolvimento								
Despesas com vendas								
Despesas administrativas								

Fonte: Adaptado de IBRACON (2000).

3.4 COLETA DOS DADOS

O desenvolvimento deste trabalho se deu por meio de pesquisa bibliográfica em *sites* especializados que discorrem sobre o tema abordado. Além disso, consultou-se o *site* da BM&FBovespa para obtenção das demonstrações contábeis das empresas. Adicionalmente, realizou-se pesquisa de campo para coleta de informação sobre o ativo intangível e sua maneira de contabilização.

A bibliografia compreendeu livros da área da teoria contábil, além do material específico que trata de ativos intangíveis, como:

- a) Pronunciamento Técnico CPC-04 – Ativos intangíveis - Comitê de Pronunciamento Contábeis – CPC.
- b) IAS 38 – *Intangible Assets* – Norma Internacional de Contabilidade 38 - IASB – *International Financial Reporting Standards*.
- c) Lei n. 6404/76 – Projeto de lei n. 3741/00 – Art. 179, Inc.V – Lei das Sociedades por Ações;
- d) Site da BM&FBovespa.

A coleta de dados foi realizada nas Demonstrações Contábeis, analisando algumas contas contábeis, em específico as que geram valores para contabilização do intangível nas empresas de informática, que supostamente deveriam possuir um ativo intangível de valor expressivo em seu balanço patrimonial, sendo que é o seu maior patrimônio.

Na pesquisa de campo também foram coletados os dados referentes as demonstrações financeiras dos últimos quatro anos de uma empresa de TI de capital fechado, estabelecida na região Sul do Brasil.

3.5 FORMA DE ANÁLISE DOS DADOS

A análise e interpretação dos dados desse estudo, de acordo com a abordagem do problema, é quantitativa. O foco foi mostrar os valores contabilizados no intangível em relação a outras contas das demonstrações financeiras.

4 DESCRIÇÃO E ANÁLISE DOS RESULTADOS.

Neste capítulo, aborda-se sobre a apresentação das contas do ativo intangível nas demonstrações contábeis coletadas referentes as empresas de tecnologia da informação.

4.1 DAS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS DAS EMPRESAS

Nesta seção apresentam-se os dados coletados de quatro empresas objeto de estudo. Na Tabela 2, evidenciam-se os dados contábeis da Empresa A, com vistas à identificar os ativos intangíveis contabilizados no período de 2009 a 2012.

Tabela 2 - Dados contábeis da Empresa A do período de 2009 a 2012

Balancos Patrimoniais		(Valores expressos em milhares de reais)							
Ativo	2009	%	2010	%	2011	%	2012	%	
Circulante	485.233	36%	528.678	36%	621.340	46%	744.980	52%	
Não circulante	227.836	17%	326.311	22%	116.956	9%	129.992	9%	
Imobilizado	32.887	2%	36.535	2%	53.793	4%	58.093	4%	
Intangível	604.078	45%	593.873	40%	545.759	41%	487.556	34%	
Total Ativo	1.350.034	100%	1.485.397	100%	1.337.848	100%	1.420.621	100%	
Receita Líquida	988.679	100%	1.129.475	100%	1.279.160	100%	1.413.976	100%	
(-)Custos operacionais <i>Percentual em relação a receita Líquida</i>	-669.092	68%	-752.025	67%	-957.156	75%	-957.156	68%	
Despesas Pesquisa e Desenvolvimento	-118.446	12%	-149.924	13%	-175.247	14%	-174.332	12%	
Despesas com vendas	-57.393	6%	-71.225	6%	-86.717	7%	-88.058	6%	
Despesas administrativas	-76.268	8%	-71.819	6%	-78.176	6%	-82.875	6%	
Lucro líquido <i>Percentual em relação ao total do Ativo</i>	120.296	12%	138.196	12%	169.383	13%	207.148	15%	
Despesas Pesquisa e Desenvolvimento	-118.446	9%	-149.924	10%	-175.247	13%	-174.332	12%	
Despesas com vendas	-57.393	4%	-71.225	5%	-86.717	6%	-88.058	6%	
Despesas administrativas	-76.268	6%	-71.819	5%	-78.176	6%	-82.875	6%	

Fonte: dados da pesquisa.

<http://www.bmfbovespa.com.br/cias-listadas/empresas-listadas/BuscaEmpresaListada.aspx>

Na Empresa A, observa-se que o valor do intangível está compatível com os valores do ativo, o que demonstra que provavelmente está sendo usada a contabilização de acordo com as normas contábeis.

Na Tabela 3, evidenciam-se os dados contábeis da Empresa B, com vistas à identificar os ativos intangíveis contabilizados no período de 2009 a 2012.

Tabela 3 - Dados contábeis da Empresa B do período de 2009 a 2012

Balancos Patrimoniais		(Valores expressos em milhares de reais)							
Ativo	2009	%	2010	%	2011	%	2012	%	
Circulante	129.705	87%	187.236	88%	256.901	90%	274.897	82%	
Não circulante	7.653	5%	9.321	4%	7.402	3%	8.941	3%	
Imobilizado	20.001	13%	25.007	12%	30.116	10%	60.845	18%	
Intangível		0%		0%		0%	0	0%	
Total Ativo	149.706	100%	212.243	100%	287.017	100%	335.742	100%	
Receita Líquida	480.036	100%	576.908	100%	603.453	100%	677.784	100%	
(-)Custos operacionais	-57.604	12%	-63.459	11%	-66.379	11%	-76.656	11%	
<i>Percentual em relação a receita Líquida</i>									
Despesas Pesquisa e Desenvolvimento	-137.617	29%	-288.445	50%	-331.510	55%	-360.484	53%	
Despesas com vendas	-112.328	23%	-147.976	26%	-156.691	26%	-172.206	25%	
Despesas administrativas	-38.403	8%	-46.153	8%	-48.276	8%	-55.233	8%	
Lucro líquido	35.124	7%	20.875	4%	11.517	2%	18.456	3%	
<i>Percentual em relação ao total do Ativo</i>									
Despesas Pesquisa e Desenvolvimento	-137.617	92%	-288.445	136%	-331.510	116%	-360.484	107%	
Despesas com vendas	-112.328	75%	-147.976	70%	-156.691	55%	-172.206	51%	
Despesas administrativas	-38.403	26%	-46.153	22%	-48.276	17%	-55.233	16%	

Fonte: dados da pesquisa.

Pesquisa in loco na empresa. Pesquisa autorizada pela empresa conforme carta arquivada .

Na empresa B, de capital fechado, observa-se que o valor do intangível não está sendo contabilizado, apesar da empresa ter intangível gerando receita.

Ela está contabilizando todos os gastos com fabricação de *software* em despesas, e assim diminui substancialmente sua carga tributária. A empresa no momento não tem objetivo de venda parcial ou total da empresa e todos os sócios estão cientes dos procedimentos adotados

Na Tabela 4, evidenciam-se os dados contábeis da Empresa C, com vistas à identificar os ativo intangíveis contabilizados no período de 2009 a 2012.

Tabela 4 - Dados contábeis da Empresa C do período de 2009 a 2012

Balancos Patrimoniais		(Valores expressos em milhares de reais)							
Ativo	2009	%	2010	%	2011	%	2012	%	
Circulante	430.457	38%	717.286	67%	825.212	71%	659.994	62%	
Não circulante	580.229	51%	242.362	23%	243.854	21%	314.464	30%	
Imobilizado	90.904	8%	87.807	8%	68.522	6%	61.516	6%	
Intangível	27.671	2%	26.938	3%	20.940	2%	22.889	2%	
Total Ativo	1.129.261	100%	1.074.393	100%	1.158.528	100%	1.058.863	100%	
Receita Líquida	1.287.063	100%	1.547.376	100%	1.520.951	100%	1.509.570	100%	
(-)Custos operacionais	1.043.871	81%	1.283.438	83%	1.250.466	82%	1.341.035	89%	
<i>Percentual em relação a receita Líquida</i>									
Despesas Pesquisa e Desenvolvimento	-54.541	4%	-72.827	5%	-68.787	5%	-61.352	4%	
Despesas com vendas	-79.278	6%	-105.860	7%	-106.003	7%	-114.084	8%	
Despesas administrativas	-52.726	4%	-56.712	4%	-70.858	5%	-60.334	4%	
Lucro líquido	54.551	4%	11.521	1%	43.588	3%	662	0%	
<i>Percentual em relação ao total do Ativo</i>									
Despesas Pesquisa e Desenvolvimento	-54.541	-40%	-72.827	-25%	-68.787	-21%	-61.352	12%	
Despesas com vendas	-112.328	-82%	-147.976	-51%	-156.691	-47%	-172.206	6%	
Despesas administrativas	-38.403	-28%	-46.153	-16%	-48.276	-15%	-55.233	6%	

Fonte: dados da pesquisa.

<http://www.bmfbovespa.com.br/cias-listadas/empresas-listadas/BuscaEmpresaListada.aspx>

Na empresa C, observa-se que o valor do intangível está sendo contabilizado de forma tímida em relação aos valores de ativo, o que demonstra que não está sendo utilizado com rigor a contabilização de acordo com as normas contábeis.

Na Tabela 5, evidenciam-se os dados contábeis da Empresa D, com vistas à identificar os ativo intangíveis contabilizados no período de 2009 a 2012.

Tabela 5 - Dados contábeis da Empresa D do período de 2009 a 2012

Balancos Patrimoniais	(Valores expressos em milhares de reais)							
Ativo	2009	%	2010	%	2011	%	2012	%
Circulante	1.150.912	85%	1.370.593	84%	1.116.280	77%	1.285.110	76%
Não circulante	101.463	8%	147.596	9%	179.122	12%	250.036	15%
Imobilizado	44.036	3%	56.597	3%	65.797	5%	73.936	4%
Intangível	51.933	4%	55.942	3%	79.597	6%	80.415	5%
Total Ativo	1.348.344	100%	1.630.728	100%	1.440.796	100%	1.689.497	100%
Receita Líquida	2.154.889	100%	2.328.135	100%	1.873.804	100%	1.881.081	100%
(-)Custos operacionais	1.566.106	73%	1.723.203	74%	1.456.459	78%	1.404.475	75%
<i>Percentual em relação a receita Líquida</i>								
Despesas Pesquisa e Desenvolvimento	0	0%	0	0%	0	0%	0	0%
Despesas com vendas	-378.991	18%	-405.122	17%	-417.323	22%	-345.937	18%
Despesas administrativas	-72.442	3%	-91.783	4%	-78.176	4%	-82.875	4%
Lucro líquido	128.025	6%	89.196	4%	-67.907	-4%	30.190	2%
<i>Percentual em relação ao total do Ativo</i>								
Despesas Pesquisa e Desenvolvimento	0	0%		0%	0	0%	0	0%
Despesas com vendas	-378.991	28%	-405.122	25%	-417.323	29%	-345.937	20%
Despesas administrativas	-72.442	5%	-91.783	6%	-78.176	5%	-82.875	5%

Fonte: dados da pesquisa.

<http://www.bmfbovespa.com.br/cias-listadas/empresas-listadas/BuscaEmpresaListada.aspx>

Na empresa D, observa-se que o valor do intangível está sendo contabilizado de forma tímida em relação aos valores de ativo, o que demonstra que não está sendo usada a contabilização de acordo com as normas contábeis.

4.2 ATIVOS INTANGÍVEIS NAS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS

Na Tabela 6, faz-se um comparativo dos percentuais do ativo intangível em relação ao total do ativo de cada empresa.

Tabela 6 – Comparativo dos % do ativo intangível em relação ao total do ativo

Descrição	(Valores expressos em milhares de reais)							
	2009	%	2010	%	2011	%	2012	%
Empresa A								
Imobilizado	32.887	2%	36.535	2%	53.793	4%	58.093	4%
Intangível	604.078	45%	593.873	40%	545.759	41%	487.556	34%
Empresa B								
Imobilizado	20.001	13%	25.007	12%	30.116	10%	60.845	18%
Intangível		0%		0%		0%	0	0%
Empresa C								
Imobilizado	90.904	8%	87.807	8%	68.522	6%	61.516	6%
Intangível	27.671	2%	26.938	3%	20.940	2%	22.889	2%
Empresa D								
Imobilizado	44.036	3%	56.597	3%	65.797	5%	73.936	4%
Intangível	51.933	4%	55.942	3%	79.597	6%	80.415	5%

Fonte: dados da pesquisa.

<http://www.bmfbovespa.com.br/cias-listadas/empresas-listadas/BuscaEmpresaListada.aspx>

Como pode ser observado na Tabela 6, os valores do intangível são inexpressíveis em relação ao total do ativo de cada empresa, o que demonstra que os valores dos ativos intangíveis não estão sendo apropriados de acordo com as normas contábeis na maioria das empresas pesquisadas.

Na Tabela 7, apresentam-se todas as empresas pesquisadas na área de Tecnologia da Informação. O que se pode observar, é que pelos percentuais do intangível em relação a receita da empresa, evidencia-se que o valor do intangível não está sendo contabilizado de acordo com as normas contábeis vigentes.

Tabela 7 – Comparativo dos % do ativo intangível em relação ao total do ativo e da receita

(Valores expressos em milhares de reais)

DESCRIÇÃO/EMPRESA	A	B	C	D	E
Imobilizado	146.058	89.394	6.820.179	545.645	271.080
Intangível	56	23.863	4.147.825	487.556	19.597
Total Ativo	788.427	1.075.649	15.188.414	1.420.621	375.443
Receita –Venda	1.613.506	700.437	25.007.274	1.413.976	230.989
% Imobilizado x total Ativo	18,53%	8,31%	44,90%	38,41%	72,20%
% Intangível x Total Ativo	0,01%	2,22%	27,31%	34,32%	5,22%
% Intangível x Receita	0,00%	3,41%	16,59%	34,48%	8,48%

CONTINUAÇÃO TABELA 6

DESCRIÇÃO/EMPRESA	F	G	H	I	J
Imobilizado	254.374	217.254	82	217.527	10.916.633
Intangível	110.457	8.291	82	89.250	1.241.452
Total Ativo	477.378	986.848	8.328	1.764.162	33.704.203
Receita –Venda	323.235	2.292.123	0	2.102.501	46.245.501
% Imobilizado x total Ativo	53,29%	22,01%	0,98%	12,33%	32,39%
% Intangível x Total Ativo	23,14%	0,84%	0,98%	5,06%	3,68%
% Intangível x Receita	34,17%	0,36%	0,00%	4,24%	2,68%

Fonte: dados da pesquisa.

<http://www.bmfbovespa.com.br/cias-listadas/empresas-listadas/BuscaEmpresaListada.aspx>

Observa-se na Tabela 7, a falta de aderência ao descrito nas normas contábeis, de que o valor do intangível deve ser registrado somente se ele gerar receita para a empresa. O intangível está gerando receita, porém o valor do intangível é insignificante em relação ao valor da receita e do próprio ativo. O que vem a ressaltar que as normas não estão sendo utilizadas pelas empresas.

4.3 GASTOS COM PESSOAL E OUTROS PARA CRIAÇÃO DE *SOFTWARES*

Na Tabela 8 evidenciam-se os dados contábeis das Empresas A, B, C e D com vistas à identificar os valores registrados nas contas de Despesas, no período de 2009 a 2012. Os percentuais foram calculados, comparando-se o valor das Despesas em relação a Receita Líquida.

Tabela 8 - Dados contábeis das Empresas A - D do período de 2009 a 2012

Balancos Patrimoniais		(Valores expressos em milhares de reais)							
Ativo	2009	%	2010	%	2011	%	2012	%	
Receita Líquida – EMPRESA A	988.679	100%	1.129.475	100%	1.279.160	100%	1.413.976	100%	
(-)Custos operacionais Despesas Pesquisa e Desenvolvimento	-669.092	68%	-752.025	67%	-957.156	75%	-957.156	68%	
	-118.446	12%	-149.924	13%	-175.247	14%	-174.332	12%	
Despesas com vendas	-57.393	6%	-71.225	6%	-86.717	7%	-88.058	6%	
Despesas administrativas	-76.268	8%	-71.819	6%	-78.176	6%	-82.875	6%	
Receita Líquida - EMPRESA B	480.036	100%	576.908	100%	603.453	100%	677.784	100%	
(-)Custos operacionais Despesas Pesquisa e Desenvolvimento	-57.604	12%	-63.459	11%	-66.379	11%	-76.656	11%	
	-137.617	29%	-288.445	50%	-331.510	55%	-360.484	53%	
Despesas com vendas	-112.328	23%	-147.976	26%	-156.691	26%	-172.206	25%	
Despesas administrativas	-38.403	8%	-46.153	8%	-48.276	8%	-55.233	8%	
Receita Líquida - EMPRESA C	1.287.063	100%	1.547.376	100%	1.520.951	100%	1.509.570	100%	
(-)Custos operacionais Despesas Pesquisa e Desenvolvimento	1.043.871	81%	1.283.438	83%	1.250.466	82%	1.341.035	89%	
	-54.541	4%	-72.827	5%	-68.787	5%	-61.352	4%	
Despesas com vendas	-79.278	6%	-105.860	7%	-106.003	7%	-114.084	8%	
Despesas administrativas	-52.726	4%	-56.712	4%	-70.858	5%	-60.334	4%	
Receita Líquida - EMPRESA D	2.154.889	100%	2.328.135	100%	1.873.804	100%	1.881.081	100%	
(-)Custos operacionais Despesas Pesquisa e Desenvolvimento	1.566.106	73%	1.723.203	74%	1.456.459	78%	1.404.475	75%	
	0	0%	0	0%	0	0%	0	0%	
Despesas com vendas	-378.991	18%	-405.122	17%	-417.323	22%	-345.937	18%	
Despesas administrativas	-72.442	3%	-91.783	4%	-78.176	4%	-82.875	4%	

Fonte: dados da pesquisa.

<http://www.bmfbovespa.com.br/cias-listadas/empresas-listadas/BuscaEmpresaListada.aspx>

Observa-se na Tabela 8, que não há consonância com o que prescrevem as normas contábeis, de que o valor do intangível deve ser registrado somente se ele gerar receita para a empresa. A receita existe, porém o maior percentual de despesas está sendo alocado para custos, ora na conta custo dos produtos vendidos (custos operacionais), ora nas contas de despesas de pesquisa e desenvolvimento, ora nas contas de despesas com vendas. Isso indica que as normas contábeis não estão sendo seguidas pelas empresas de TI pesquisadas.

Nestes comparativos, analisando-se as Tabela 7 e 8, observa-se que os valores dos intangível não estão sendo contabilizados de acordo com o preconizado pela Lei nº 11.638, de 28 de dezembro de 2007, o CPC 04, de 03 de outubro de 2008, além das normas contábeis internacionais, em específico a IAS 38

(*Intangible assets*), emitida pelo Conselho de Normas Internacionais de Contabilidade (*International Accounting Standards Board - IASB*).

4.4 REFLEXOS DA NÃO CONTABILIZAÇÃO DOS ATIVOS INTANGÍVEIS (CPC 04) NA VENDA DA EMPRESA OU DE PARTE DELA

Os valores contabilizados nos intangíveis não refletem os verdadeiros valores dos custos dos sistemas que estão gerando receitas para as empresas, uma vez que sua principal fonte de receita é o ativo intangível.

Os valores lançados no intangível, exceto na Empresa A, mas que vem diminuindo o mesmo com o passar dos anos, as demais lançam um valor irrisório no intangível. No comparativo com os valores gastos com pessoal de vendas e administrativo, o valor do intangível deveria ser superior, onde a mão de obra utilizada por estas empresas na área de produção de *software* está entre 55% a 64% do pessoal contratado. Isso indica que a maior parte dos custos de produção com *software* vem sendo contabilizada no resultado da empresa e não no intangível.

De acordo com Horngren, Sundem e Stratton (2004, p. 319), as mudanças no ambiente implicam em novas metas e objetivos das organizações. “Metas diferentes criam ações diferentes e alvos relacionados, bem como níveis de referência diferentes para a avaliação de desempenho”. Dessa forma, o sistema de controle gerencial também deve evoluir, ou a organização pode ter problemas na gestão de seus recursos. Johnson e Kaplan (1993, p. 225) advertem que “sistemas de contabilidade gerencial, por si só, não levarão a organização ao fracasso. Tampouco sistemas de contabilidade gerencial excelentes irão assegurar seu sucesso”. Mas eles contribuem para o declínio ou sobrevivência das organizações.

As empresas vem procurando o que é mais interessante para elas no curto prazo e não procuram demonstrar o verdadeiro valor da empresa para os acionistas, uma vez que o valor do intangível é contabilizado como custo, assim os sócios/acionistas não conseguem identificar o verdadeiro valor do intangível.

Com isso, quando uma destas empresas é analisada para venda ou incorporação, demonstra um pequeno valor de intangível, ou seja, o seu principal patrimônio é inexpressível, podendo gerar um pequeno valor de mercado, causando prejuízos para seus acionistas e proprietários.

5 CONCLUSÕES E RECOMENDAÇÕES

Neste capítulo apresentam-se as conclusões do estudo realizado e recomendações para futuros estudos sobre o tema investigado.

5.1 CONCLUSÕES

Este estudo objetivou mostrar os efeitos da não contabilização do ativo intangível conforme estabelecido pela Lei nº 11638/07 e no CPC 04 (Comitê de Pronunciamentos Contábeis), em empresas de informática. Pesquisa descritiva, com abordagem quantitativa, foi realizada por meio de pesquisa documental, com buscas em *sites* especializados que discorrem sobre o tema em pauta.

Constatou-se que há uma evolução na aceitação e qualidade no tratamento dos ativos intangíveis. Leis foram criadas e estudos continuam sendo desenvolvidos, o que pode ser percebido nas alterações introduzidas pelo pronunciamento FAS 142. Este propõe melhorias substanciais à informação financeira, porque as demonstrações contábeis das entidades que adquiriram outros intangíveis irão refletir melhor a base econômica daqueles ativos. Disso resultará aos usuários das demonstrações contábeis, que terão melhor capacidade de entender os investimentos feitos naqueles ativos e o desempenho daqueles investimentos.

É válido destacar a utilidade destas informações sobre ativos intangíveis para os *stakeholders*, acionistas, entre outros, em suas tomadas de decisão, melhorando a capacidade de avaliar a lucratividade e fluxos de caixa futuros. Um disso é o aumento da evidenciação sobre os ativos intangíveis, após a sua aquisição, nas demonstrações financeiras.

O poder público, em muitos países, como é o caso do Brasil, eivado de voracidade tributária, é o grande responsável pela deformação dos demonstrativos. Por outro lado, as empresas, temerosas de que sejam tributadas a mais, buscam, de todas as formas ocultar os efeitos dos intangíveis como capitalizações, buscando, ao máximo, deduções que aliviem suas cargas tributárias.

A Contabilidade, em face dessas circunstâncias, a ela adversas, torna-se deformada e violentada em seus princípios. Resta a análise, do científico, que é o da realidade; o dos efeitos negociais, que fica no domínio do arbítrio entre as partes

interessadas e; o da evidência compulsória, que é aquela imposta por força de leis e normas.

Entre outras razões que existem para valorizar um ativo Intangível baseado em tecnologia, se encontram aquelas relativas aos aspectos financeiros e de impostos, tais como: financiamento para aquisições, negócios e acordos de compra e venda, valorização do desempenho dos diretores e gerentes, preço de transferência entre as empresas, valorização do negócio. entre outras. Por outro lado, considera-se que os ativos intangíveis devem ser medidos, e neste caso, tais medições se relacionam com aspectos de cumprimento de metas e compensações. Portanto, os resultados da medição motivam funcionários a negociar seu comportamento e ser mais produtivos e eficazes.

Concluindo, no presente estudo não se buscou exaurir a discussão sobre o ativo intangível, e sim contribuir para um maior número de questionamentos sobre a aplicação das normas contábeis. Ressalta-se ainda a necessidade de providenciar uma maior consistência das informações geradas, para que sejam relevantes e precisas para a tomada de decisão por parte dos usuários da contabilidade, e que as empresas possam utilizar como fotografias do seu real valor de mercado.

5.2 RECOMENDAÇÕES

Considerando-se as limitações desse estudo, recomenda-se para futuras pesquisas, buscar um melhor entendimento sobre o intangível, investigação aprofundada das práticas utilizadas para contabilização do intangível, principalmente nas empresas de informática que desenvolvem *softwares*.

REFERÊNCIAS

AQUINO, Wagner Duarte de. **Contribuição à avaliação da marca corporativa**. Dissertação (Mestrado em Ciências Contábeis) - Universidade Estadual do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, 2000.

BOLSA DE VALORES, MERCADORIAS & FUTUROS DE SÃO PAULO (BM&FBovespa). **Empresas listadas, setor de atuações, tecnologia da informação**. Disponível em: <<http://www.bmfbovespa.com.br/home.aspx?idioma=pt-br>>. Acesso em: 30 jun. 2013.

BRASIL. **Lei n. 6.404**, 15 dezembro de 1976. Dispõe sobre as Sociedades por Ações. Disponível em: <http://www.normaslegais.com.br/legislacao/contabil/lei6404_1976.htm>. Acesso em: 19 set. 2013.

BRASIL. **Lei n. 11.638**, 28 dezembro de 2007. Altera e revoga dispositivos da Lei nº 6.404, de 15 de dezembro de 1976, e da Lei nº 6.385, de 7 de dezembro de 1976, e estende às sociedades de grande porte disposições relativas à elaboração e divulgação de demonstrações financeiras. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2007-2010/2007/lei/l11638.htm>. Acesso em: 20 set. 2013.

CAÑIBANO, Leandro; AYUSO, Manuel Garcia; SÁNCHEZ, M. Paloma. La relevância de los intangibles para la valoración y la gestión de empresas: revisión de la literatura. **Revista Española de Financiación y Contabilidad**, Extraordinário, n. 100, p. 17-88, 1999.

COMITÊ DE PRONUNCIAMENTO CONTÁBEIS (CPC). (2008, Out.). **Pronunciamento Conceitual Básico. Estrutura conceitual para elaboração e apresentação das Demonstrações Contábeis**. Disponível em: <<http://www.cpc.org.br/index.php>>. Acesso em: 15 set. 2013.

COMITÊ DE PRONUNCIAMENTO CONTÁBEIS (CPC). (2008, Out.). **Pronunciamento técnico 04. Ativo Intangível**. Disponível em: <<http://www.cpc.org.br/index.php>>. Acesso em: 15 set. 2013.

DELOITTE TOUCHE TOHMATSU. **Normas internacionais de contabilidade – IFRS**. São Paulo: Atlas, 2009.

FASB. Financial Accounting Standards Board. **FASB 42**, Jun., 2001.

GALLON, Alessandra Vasconcelos; BEUREN, Ilse Maria; HEIN, Nelson. Evidenciação contábil: itens de maior divulgação nos relatórios da administração das empresas participantes dos níveis de governança da Bovespa. **Contabilidade Vista & Revista**, v. 19, n. 2, p. 141-165, abr./jun. 2008.

GIL, Antônio Carlos, **Como elaborar projetos de pesquisa**. 4. ed. São Paulo: Atlas, 2002.

HENDRIKSEN, Eldon S; VAN BRENDA. Michael F. **Teoria da Contabilidade**. 5. ed. São Paulo: Atlas, 1999.

HORNGREN, Charles T.; SUNDEM, Gary L.; STRATTON, William O. **Contabilidade gerencial**. São Paulo: Prentice Hall, 2004.

IUDÍCIBUS, Sergio de et al. **Manual de Contabilidade das Sociedades por ações**, 4. ed. São Paulo: Atlas, 1995.

IUDÍCIBUS, Sergio. **Teoria da contabilidade**. 5. ed. São Paulo: Atlas, 1997.

IASB. **International Financial Reporting Standard**. London: IASCF, 2004.

IASB. **Internacional Accounting Standart 36 – Impairment of Assets**. 2004.

IASB. **Internacional Accounting Standart 38 – Intangible Assets**. 2004.

INSTITUTO DOS AUDITORES INDEPENDENTES DO BRASIL (IBRACON). **Normas Internacionais de Contabilidade**. São Paulo: IBRACON, 1997.

JOHNSON, H. Thomas, KAPLAN, Robert S, **Contabilidade gerencial: a restauração da relevância da contabilidade nas empresas**. Rio de Janeiro: Campus, 1993.

LOPES DE SÁ, Antonio. **Avaliação de ações e teoria do patrimônio líquido real**. Salvador: EAF, 1986.

MANTOVANI, V.; SOUZA, M. A. C. Mensuração do ativo intangível. In: ENCONTRO LATINO AMERICANO DE INICIAÇÃO CIENTÍFICA, 11., 1998. **Anais...** João Pessoa: Universidade do Vale do Paraíba, 2007. Disponível em: <http://www.inicepg.univap.br/cd/INIC_2007/trabalhos/sociais/inic/INICG00357_03O.pdf>. Acesso em: 05 jun. 2014.

MARTINS, Eliseu. **Palestra virtual sobre a nova Lei das S/A e a internacionalização da contabilidade**. São Paulo: FIEPECAFI, 2008. Disponível em: <www.fiepecafi.org/palestras/fiepecafi...palestra/player.asp>. Acesso em: 23 Out 2013.

MARTINS, Eliseu. **Contabilidade de custos**. 4. ed. São Paulo: Atlas, 1992.

MARTINS, Eliseu. **Contribuição à avaliação do Ativo Intangível**. Tese (Doutoramento) - Universidade de São Paulo, São Paulo, 1972.

MARION, Jose Carlos. **Contabilidade Básica**. 4. ed. São Paulo: Atlas, 1986.

MONSTEIRO, Andréa Alves Silveira; COELHO, Fabiano Simões. **Ativo Intangível: uma abordagem teórica**. Rio de Janeiro, 2001. Disponível em: <http://ix.congresso.iscap.ipp.pt/resumos/brasil/a_contabilidade_financeira/activo_intangivel_uma_abordagem_teorica.pdf>. Acesso em: 20 abr. 2013.

NIYAMA, Jorge K. **Contabilidade Internacional**. São Paulo: Atlas, 2005.

PAULO, Edilson; Martins, Eliseu. Análise da qualidade das informações contábeis nas companhias abertas. In: ENCONTRO NACIONAL DE PÓS-GRADUAÇÃO EM ADMINISTRAÇÃO, 2007, Rio de Janeiro. **Anais...** Rio de Janeiro, ANPAD, 2007.

SANTOS, LUIS SERGIO RIBEIRO DOS; SARLO NETO, ALFREDO; TEIXEIRA, ARIDELMO JOSÉ CAMPANHARO. Projeto de Lei 3.741/2000 – Efeitos sobre a avaliação dos ativos de uma empresa do setor explorador de granito: um estudo de caso. In: CONGRESSO USP DE CONTROLADORIA E CONTABILIDADE, 4., 2004, São Paulo. **Anais eletrônicos...** São Paulo: FEA/USP, 2004. Disponível em: <<http://www.congressousp.fipecafi.org/web/artigos42004/406.pdf>>. Acesso em: 05 jun. 2014.

SCHMIDT, Paulo; SANTOS, José Luiz dos. **Avaliação de Ativos Intangíveis**. São Paulo: Atlas, 2002.

SCHNORRENBARGER, Darci. **Considerações gerais sobre ativos intangíveis**. Revista Contemporânea de Contabilidade, v. 1, n. 2, p. 85-105, 2004.

WERNKE, R.; BORNIA, A. C. A. Contabilidade gerencial e os métodos multicriteriais. **Revista Contabilidade & Finanças**, USP, v. 14, n. 33, p. 45-64, 2003.